



INSTITUIÇÕES ASSISTENCIAIS E O MOVIMENTO ESCOLANOVISTA NO BRASIL

TATIANA FERREIRA DOS SANTOS

EIXO: 2. EDUCAÇÃO, INTERVENÇÕES SOCIAIS E POLÍTICAS AFIRMATIVAS

INSTITUIÇÕES ASSISTENCIAIS E O MOVIMENTO ESCOLANOVISTA NO BRASIL

O presente trabalho apresenta como objetivo principal explicitar o movimento escolanovista e as influências das primeiras instituições assistenciais no Brasil no período de 1920 a 1940. Além das reflexões acerca do movimento e da institucionalização das primeiras organizações assistenciais, é possível traçar pontos que poderiam apontar para possíveis interferências entre o movimento e as instituições permeando as transformações sociais, políticas, econômicas e educacionais à época, sob a ótica da ascensão capitalista, das transformações monopólicas recém-chegadas no país, das lutas de classes e do processo de industrialização. Desta forma, pôde-se concluir, que as interferências identificadas entre o movimento e as instituições são muito pequenas e pautadas em casos isolados, ao menos no período pesquisado.

Palavras-chave: Instituições Assistenciais; Escola Nova; Educação.

This work has as main objective to explain the escolanovista movement and the influences of the first welfare institutions in Brazil from 1920 to 1940. In addition to the reflections on the movement and institutionalization of the first aid organizations, it is possible to trace points that could point to possible interference between the movement and institutions permeating social, political, economic and educational at the time, from the perspective of capitalist ascension, of monopolistic transformations recently arrived in the country, of class struggles and the industrialization process. Thus, it could be concluded that the identified interference between the movement and institutions are very small and guided in isolated cases, at least in the period surveyed.

Keywords: Relief institutions; Escola Nova; Education.

INTRODUÇÃO

Na década de 1920, período das primeiras iniciativas baseadas na remodelação da pedagogia, chamada de escola nova, a educação vivenciou grandes mudanças. Mudanças advindas por iniciativa de pioneiros da educação que, baseados em modelos estadunidenses e europeus, vislumbravam o poder da escola na modificação cultural da sociedade.

Cabe destacar que o período propiciou influências estadunidenses tanto ao movimento de renovação da educação brasileira, bem como para o Serviço Social brasileiro. A delimitação do período analisado não permite aprofundar os olhares ao surgimento das primeiras instituições de Serviço Social no Brasil, no entanto, já era possível vislumbrar no período, a exportação do modelo estadunidense e europeu aos moldes do Serviço Social recém-chegado no Brasil.

Desta forma, o presente artigo propõe um pequeno mergulho na história da educação, que nos permite visualizar o contexto que permeava o movimento escolanovista. Pioneiros como Fernando de Azevedo, Anísio Teixeira, Lourenço Filho e Paschoal Leme que atuaram significativamente em busca de melhorias na educação, sejam eles por motivos políticos, interesses pessoais ou na dominação da elite para o povo. Diversas leituras vivenciadas na disciplina educação brasileira[1] nos permitiu ampliar e trabalhar múltiplos olhares que norteiam o movimento escolanovista.

Assim, pretende-se narrar resumidamente, a trajetória de alguns movimentos da escola nova, no intuito de destacar a atuação de instituições assistenciais que promoviam o controle de classes nos períodos de 1920 a 1940.

1. UM BREVE ENFOQUE SOBRE O MOVIMENTO ESCOLANOVISTA NO BRASIL

O movimento da Escola Nova, no Brasil, emerge mediante a um grupo alcunhado de “pioneiros da educação”. O grupo, liderado por Fernando de Azevedo e Anísio Teixeira, no qual propunha a inovação educacional, a ruptura do ensino tradicional e a transformação social através da educação, vivenciavam um cenário cometido por transformações econômicas, sociais e culturais advindas de um período de ascensão da industrialização e do capitalismo. Assim, a escola, que se mantinha em uma estrutura tradicional, almejava mudanças para acompanhar o cenário da época.

Enfatizando o desenvolvimento do capitalismo monopolístico ou como denominaria Lênin, o capitalismo em sua fase imperialista, já era possível perceber a sua chegada no Brasil. Apesar de que no país o processo de chegada do capitalismo monopolista foi muito parecido do processo de industrialização inicial. Para Lênin (...) os bancos tiveram papel importante no crescimento do capitalismo concorrencial para sua fase monopolística. Segundo o autor, a junção de pequenos empresários formados pela classe média e pequenos banqueiros fizeram a diferença ao se unirem e formando grandes potências bancárias. Além do crescimento aglomerado, os bancos puderam financiar grande parte das demais indústrias que precisavam de capital financeiro para formarem os monopólios. Assim, de localmente pequenos empresários tornaram grandes burgueses a nível mundial.

No que se refere ao movimento escolanovista, para Carvalho (1998), o movimento renovador nos sistemas escolares, teria ganhado proporções em alguns Estados da Federação por meio das ações, congressos e conferências da Associação Brasileira de Educação – ABE. A ABE, fundada em 1924 por um grupo de treze intelectuais cariocas, resultou da iniciativa de Heitor Lyra da Silva. De início, a ABE se propunha em se tornar partido político, mas não houve sucesso. Desta forma, a associação congregava um grande número de educadores que promoviam congressos e conferências onde discutiam sugestões referentes aos problemas educacionais.

Brandão (1999) afirma que a década de trinta “ilustraria a ascensão do Movimento da Escola Nova no Brasil (a consolidação da burguesia no Brasil)[...]”. Desta forma, assim como a consolidação do modo de produção, e o processo de industrialização, o movimento escolanovista se consolidava. Para tanto, o movimento trazido de influências de modelos americanos e europeus, se alastrava no Distrito Federal, com Fernando de Azevedo como diretor de instrução pública, Rio de Janeiro e São Paulo, com Anísio Teixeira e Lourenço Filho.

Carvalho (1998) afirma que:

A educação era o mais alto, mais penoso e mais grave’ dever do Estado, pois, dando ao povo a consciência de si mesmo e de seus destinos e a força para afirmar-se e realizá-los entretém, cultiva e perpetua a identidade da consciência nacional, na sua comunhão íntima com a consciência humana. (CARVALHO 1998, p.404).

Na reflexão de Carvalho (1998) é possível perceber a responsabilidade do Estado na promoção da educação escolar à época e, ao mesmo tempo, as contradições diante do dever do Estado em fornecer educação e ao mesmo tempo arcar com os riscos de formar uma sociedade consciente capazes de refletir e questionar a atuação do mesmo.

Nesse sentido, ao definir a escola nova, Lourenço Filho apud Brandão:

Escola nova, (...) inclui uma concepção geral de educação, e do papel da educação intencional, realizada pelas instituições escolares, diretamente mantidas pelo Estado ou, por este assistidas ou controladas, Não é apenas um conceito didático, mas um conceito social. (LOURENÇO FILHO 1930 apud BRANDÃO 1999, p. 63)

Para tanto, alguns autores como Saviani, defendiam que o movimento escolanovista vinha da elite para o povo, no intuito de molda-los a uma instrução mínima:

(...) E surgiu a Escola Nova que tornou possível, ao mesmo tempo, o aprimoramento do ensino destinado às elites e o rebaixamento do nível do ensino destinado às camadas populares. E nesse sentido, a hegemonia pode ser recomposta. Em suma, o momento de trinta, no Brasil, através do escolanovismo, correspondeu a um reflexo e até um desaparecimento daqueles movimentos populares, que advogavam uma escola mais adequada aos seus interesses. (...) (SAVIANI, 1983 apud BRANDÃO 1999, p.45)

O movimento escolanovista como cita Saviani (1983) defendia sonhos possíveis à época que empolgavam a sociedade com o lema desenvolvimentista. No entanto, o movimento defendia a educação para poucos. A exemplo do

ensino superior defendido pelo movimento, do qual defendia a abertura de cursos de Medicina, Engenharia e Direito para a burguesia não precisar dirigir-se ao exterior, ao mesmo tempo, defendia-se para a população pobre o ensino técnico focado nas indústrias.

Assim, contradições permeavam o movimento. O que semelha constituir uma educação democrática para o povo, baseado na reforma e inovação educacional para todos, transgredia uma educação centrada em moldes. Alguns pioneiros, como Anísio Teixeira e alguns integrantes da ABE, defendiam a formação técnica baseada na tríade saúde, moral e trabalho, no qual existia a clara distinção entre educação para o povo e educação para as elites. A primeira focada no ensino técnico e laboratorial, a segunda voltada para a propagação do ensino superior no Brasil. Assim, segundo Horta (1994) “[...] leva a concluir, sem esforço, que a educação popular seja fruto da necessidade de segurança do Estado de base nacional.” (HORTA 1994, p.35).

1. INSTITUIÇÕES ASSISTENCIAIS

Segundo Carvalho e Iamamoto (2007), as instituições previdências surgiram no início da década de 1920, pois, as principais categorias de trabalho assalariadas da época necessitavam manter uma parcela da força de trabalho ativa, já que o processo de industrialização era crescente. Assim:

As instituições assistenciais e previdenciárias – saúde pública, seguro social, menores etc. – começam a se desenvolver a partir da década de 1920 pela ação estatal, que amplia de forma notável sua interferência nesses domínios, Ainda dentro da República Velha, faz parte dos esboços reformadores implementados pelo Estado na tentativa de responderá pressão das novas forças sociais urbanas, que implicam a intensificação de sua ação coativa junto à sociedade Civil. (CARVALHO e IAMAMOTO 2007, p. 241)

Ainda segundo as autoras, na década de 1930, sob vigência do Estado Novo, é instituído a organização nacional do Serviço Social, paralelamente, são criados o Ministério da Educação e Saúde e o Conselho Nacional de Serviço Social. Carvalho e Iamamoto (2007) destacam que, apesar da efetivação do Conselho Nacional de Serviço Social, o órgão não chegou, efetivamente a se constituir um “mecanismo assistencial com influencia real sobre o desenvolvimento do Serviço Social. Suas funções serão exercidas, na prática, pela Legião Brasileira de Assistência”. (CARVALHO e IAMAMOTO 2007, p. 250)

A Legião Brasileira de Assistência – LBA foi uma das grandes instituições nacional de assistência social. Criada subsequente ao engajamento do país na segunda guerra mundial, através de iniciativas privada (damas de caridade) e financiada pelo governo, a LBA assumiu um papel importante na constituição da institucionalização do Serviço Social no Brasil.

(...) contribuindo em diversos níveis para a organização, expansão e interiorização da rede de obras assistenciais, incorporando ou solidificando nestas os princípios do Serviço Social, e a consolidação e expansão do ensino especializado de Serviço Social e do número de trabalhadores sociais. (CARVALHO e IAMAMOTO 2007, p. 252)

A participação das damas de caridade no período era marcante, juntamente com ações assistenciais desenvolvidas pela Igreja, as damas compunham uma parcela de mulheres de elevado poder aquisitivo, no qual desenvolviam ações assistencialistas para a população pobre. Um exemplo claro da ação assistencialista no período marcado pela ascensão do movimento escolanovista, propagação da ABE e da institucionalização do Serviço Social no Brasil, foi o acometido por D. Amélia de Resende Martins desenvolvido na Ação Social Brasileira. D. Amélia, juntamente com as damas de caridade, desenvolviam festas de caridade, quermesses e chás. Assim, cansada de promover festas assistencialistas, D. Amélia visualiza na ABE a oportunidade de amenizar a questão social através da educação. No entanto, D. Amélia defendia a promoção de divertimentos populares no intuito de “solucionar o ócio inoperante do operário e a dissolução dos costumes da alta sociedade”. (CARVALHO 1998, p. 171)

(...) o assistencialismo social, desenvolvido junto às chamadas necessidades do Estado, grupos de mulheres associadas à iniciativa privada e à Igreja e, até mesmo de forma independente, passaram a ocupar espaços e posições importantes no meio em que viviam. Esta atividade possibilitou-lhes um contato mais aberto com os homens na comunidade, exigiu-lhes decisões fora do âmbito doméstico, funcionou como um novo tipo de sociabilidade, colocou-as frente a frente com uma realidade desconhecida, qual seja, a pobreza, a mendicância e o abandono das camadas populares (...). (LEITE 2001, p.89)

Como destaca Leite (2001) o assistencialismo era forte à época. O Estado juntamente com a igreja e a burguesia promoviam ações com o intuito unicamente de autopromoção e caridade, no entanto, em alguns casos, com o contato direto em comunidades e nas organizações sociais, era possível perceber de forma embrionária o desenvolvimento de ações que poderiam demonstrar indícios da transformação dessa realidade. Foi o caso de D. Amélia, uma representante que iniciou promovendo festas juntamente com outras damas de caridade e conhecendo a realidade das comunidades

conseguiu visualizar o pouco (ou quase nenhum) efeito as ações assistencialistas desenvolvidas por elas.

O período governado por Getúlio Vargas foi marcado pela instauração da seguridade social e trabalhista. Este período, também foi marcado pela participação de instituições que visavam a mobilização educacional, assim, a Organização Nacional da Juventude – ONJ, que teria por finalidade “assistir e educar a mocidade, organizar para ela períodos de trabalho anula nos campos e oficinas, promover-lhes a disciplina moral e o adestramento físico, de maneira a prepara-la ao cumprimento de seus deveres para com a economia e a defesa da Nação” (HORTA 1994, p. 206).

A era Vargas marcou significativamente o período assistencialista brasileiro. Conhecido como pai dos pobres, o governo getulhista investia em publicidade para distribuir com maior velocidade os slogans desenvolvimentistas carregados de contradições inerentes aos interesses do seu governo. A exemplo da centralização do poder dos Estados e Municípios e das medidas “democráticas” que apresentavam em sua essência a clara defesa das camadas elitistas brasileiras e do empresariado burguês

1. ALGUMAS CONSIDERAÇÕES

Portanto, a atuação das instituições assistenciais no período de propagação do movimento da Escola nova no Brasil é significativa. Cabe uma melhor análise a ponto de identificar instituições assistenciais que caminharam na defesa das propostas renovadoras dos pioneiros. Visto que, a instituição defendida por D. Amélia não atuou de fato em parceria com a ABE, apenas foi visualizado interesses em comum por parte da instituição de Ação Social Brasileira diante das ações da ABE. Do mesmo modo, referente à Organização Nacional da Juventude, que apensar de que, diante de minhas interpretações, não pude perceber interação entre a instituição e o movimento escolanovista, mas sim, de modo a interagir na educação militar em ascensão no período getulhista. Assim, as instituições aqui elencadas, atuaram no mesmo período e cenário que permeava o movimento escolanovista, não identificando entre as pesquisas realizadas, interação entre o movimento reformista e as instituições trabalhadas aqui.

REFERÊNCIAS

- BRANDÃO, Zaia. *A Intelligentsia educacional* – Um percurso com Paschoal Lemme por entre as memórias e as histórias da Escola Nova no Brasil. – Bragança Paulista: IFAN-CDAPH. Editora da Universidade São Francisco/EDUSF, 1999.
- CARVALHO, Marta Maria Chagas de. *Molde Nacional e Fôrma Cívica*: higiene, moral e trabalho no projeto da Associação Brasileira de Educação (1924-1931). Bragança Paulista-SP, EDUSF, 1998.
- CARVALHO, Raul de e IAMAMOTO, Marilda Villela. *Relações Sociais e Serviço Social no Brasil*: esboço de uma interpretação histórico-metodológica. 21 ed. – São Paulo, Cortez; [Lima, Peru]: CELATS, 2007.
- HORTA, José Silvério Baía. *O hino, o sermão e a ordem do dia*: regime autoritário e a educação no Brasil (1930-1945). Rio de Janeiro: Editora UFRJ, 1994.
- LEITE, Márcia Maria da Silva Barreiros. *As damas da caridade: sociabilidades femininas na Bahia republicana* In: Sardenberg, Cecília Maria Bacellar; Vanin, Iole Macedo; Aras, Lina Maria Brandão de. *Fazendo gênero na historiografia baiana*. Salvador, Núcleo de Estudos Interdisciplinares sobre a Mulher, 2001. p.89-103.
- LÊNIN, V.I. *O imperialismo*: fase superior do capitalismo. 4. ed. – São Paulo: Global, 1987.

[1] A disciplina educação brasileira compõe a estrutura curricular de disciplinas obrigatórias do Programa de Pós-graduação em Educação da Universidade Federal de Sergipe.

1 TATIANA FERREIRA DOS SANTOS

Mestranda em Educação pelo Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade Federal de Sergipe. Assistente Social e Especialista em Educação Ambiental. Membro do Grupo de Estudos e Pesquisas em Educação Ambiental de Sergipe.

Recebido em: 27/06/2015

Aprovado em: 28/06/2015

Editor Responsável: Veleida Anahi / Bernard Charlort

Método de Avaliação: Double Blind Review

E-ISSN:1982-3657

Doi: